



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330861-8**

**APELANTE: Município de Petrolina (Fazenda Municipal)**

**APELADO: Antônio Calixto de Medeiros**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. FUNDAMENTAÇÃO UTILIZADA PELO APELANTE DISSOCIADA DA FUNDAMENTAÇÃO UTILIZADA NA SENTENÇA. INÉPCIA RECURSAL. APELO NÃO CONHECIDO. 1. Da leitura da apelação, percebe-se que a fundamentação utilizada pelo apelante está dissociada daquela utilizada na sentença, o que torna a petição recursal inepta, por violação ao disposto no art. 514, II, do CPC. 2. Com efeito, as razões recursais não atacam, em nenhum momento, o fundamento que deu ensejo à extinção do processo, qual seja, *“depois de mais de 30 (trinta) dias paralisado, há objetivamente causa para extinção do processo sem julgamento do mérito, independentemente de alegação da parte, de que não se houve com negligência”*. 3. Deveras, o apelo do Município requer a reforma da sentença, com o prosseguimento da execução fiscal *“em seus ulteriores termos, até a satisfação integral do crédito exeqüendo”*, por entender que não seria possível o reconhecimento da decadência ou prescrição na hipótese dos autos. 4. Nesses termos, é inepta a apelação que não satisfaz os requisitos do art. 514, II, do CPC. 5. Apelo não conhecido, por inépcia recursal.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0330861-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar seguimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data de julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330861-8  
APELANTE: Município de Petrolina (Fazenda Municipal)  
APELADO: Antônio Calixto de Medeiros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Município de Petrolina (Fazenda Municipal)** em face de sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, III, do CPC, por entender que o autor abandonou a causa por mais de 30 (trinta) dias sem que promovesse “os atos e diligências” que lhe competiam, nos seguintes termos:

A contar da prática do último ato processual, depois de mais de 30 (trinta) dias paralisado, há objetivamente causa para extinção do processo sem julgamento do mérito, independentemente de alegação da parte, de que não se houve com negligência.

(...)

Posto isso, atento ao que mais dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no art. 267, III, do Código de Processo Civil, **EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.**

Sem custas processuais, nem honorários advocatícios.

Sem reexame obrigatório.

Defiro desde já o desentranhamento de documentos, se houver requerimento, devendo permanecer nos autos cópias autenticadas.

Irresignada, a exequente interpôs recurso de apelação (fls. 15/19), arguindo, em suma, que: (i) “o recorrente não deu causa à citada prescrição, e muito menos, deixou de impulsionar o feito quando intimado para tal desiderato”; (ii) após a certidão do oficial de justiça, dando conta de não ter citado o executado, nem ter penhorado os bens do mesmo necessários a satisfação da execução, o exequente não foi intimado para qualquer ato processual; (iii) o magistrado *a quo* entendeu por proferir sentença que decretou a extinção prematura do feito com julgamento de mérito, “mesmo de modo a impingir ao Município Exequente flagrante prejuízo”; (iv) não é “possível a decretação de prescrição intercorrente, visto que, ajuizada a ação tempestivamente, e requerida, com a inicial, a constituição válida e regular da relação jurídica processual, mediante a citação válida do executado” (v) “a não realização do ato citatório, por circunstâncias alheias à vontade do exequente, não tem como corolário, o decreto prescricional ou decadencial”; (vi) “Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição da prescrição ou decadência” (Súmula 106, do STJ); (vii) “a decretação da prescrição intercorrente nos processos executivos fiscais não pode ser feita de ofício pelo juiz, ante a vedação expressa prevista no art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil”; (viii) o apelante “exerceu tempestivamente o seu direito, isto é, em tempo hábil, dentro do prazo de decadência, com o devido aforamento da ação de execução fiscal, portanto, não há o que se falar,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*a partir de então, em reabertura de novo prazo, muito menos prescricional e intercorrente”; requerendo ao final a reforma da sentença, com o prosseguimento da execução fiscal “em seus ulteriores termos, até a satisfação integral do crédito exeqüendo”.*

Não houve apresentação das contra-razões (certidão à fl. 22).

É o relatório no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 08 de abril de 2014

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



34  
E

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330861-8  
APELANTE: Município de Petrolina (Fazenda Municipal)  
APELADO: Antônio Calixto de Medeiros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Da leitura da apelação de fls. 15/19, percebe-se que a fundamentação utilizada pelo apelante está dissociada daquela utilizada na sentença, o que torna a petição recursal inepta, por violação ao disposto no art. 514, II, do CPC.

Com efeito, as razões recursais não atacam, em nenhum momento, o fundamento que deu ensejo à extinção do processo, qual seja, *“depois de mais de 30 (trinta) dias paralisado, há objetivamente causa para extinção do processo sem julgamento do mérito, independentemente de alegação da parte, de que não se houve com negligência”*.

Deveras, o apelo do Município requer a reforma da sentença, com o prosseguimento da execução fiscal *“em seus ulteriores termos, até a satisfação integral do crédito exeqüendo”*, por entender que não seria possível o reconhecimento da decadência ou prescrição na hipótese dos autos.

Nesse sentido, trago iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

**As razões da apelação devem ser deduzidas a partir da sentença e combater especificamente os fundamentos desenvolvidos nesta, em atendimento ao princípio da dialeticidade. A deficiência no apelo ordinário obsta o seu conhecimento. (Trecho do voto do Min. Humberto Gomes de Barros, relator no AgRg no Agravo de Instrumento nº 807.531/MS, j. em 18/10/2007, DJ de 31/10/2007, p. 323). Grifei.**

**Todavia, *in casu*, as razões recursais não elidem os fundamentos da r. sentença nem sequer com eles guardam pertinência, mostrando-se, ao contrário, dissociados de seus termos. Dessa forma, na espécie, não há fundamentação válida na apelação capaz de impugnar o *decisum* recorrido, restando desatendido o art. 514, II, da Lei Adjetiva Civil, não merecendo amparo o apelo especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional. Ante o exposto, não conheço do recurso. (Trecho do voto do Min. César Asfor Rocha, relator no REsp 556.783/RS, j. em 28/10/2003, DJ de 22/03/2004, p. 316). Grifei.**

**PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. REPETIÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA INICIAL. COMODISMO INACEITÁVEL. PRECEDENTES.**

1. Recurso Especial interposto contra v. Acórdão que considerou indispensável que na apelação sejam declinadas as razões pelas quais a sentença seria injusta ou ilegal.
2. O Código de Processo Civil (arts. 514 e 515) impõe às partes a observância da forma segundo a qual deve se revestir o recurso apelatório. Não é suficiente mera menção a qualquer peça anterior à sentença (petição inicial, contestação ou arrazoados), à guisa de fundamentos com os quais se almeja a reforma do decisório monocrático. A luz do ordenamento jurídico processual, tal atitude traduz-se em comodismo inaceitável, devendo ser afastado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

3. O apelante deve atacar, especificamente, os fundamentos da sentença que deseja rebater, mesmo que, no decorrer das razões, utilize-se, também, de argumentos já delineados em outras peças anteriores. No entanto, só os já desvendados anteriormente não são por demais suficientes, sendo necessário o ataque específico à sentença.

4. Procedendo dessa forma, o que o apelante submete ao julgamento do Tribunal é a própria petição inicial, desvirtuando a competência recursal originária do Tribunal.

5. Precedentes das 1a, 2a, 5a e 6a Turmas desta Corte Superior.

6. Recurso não provido. (REsp 359.080/PR, Rel. Min. José Delgado, j. em 11/12/2001, DJ de 04/03/2002, p. 213). Grifei.

Processual Civil. Recurso de apelação. Efeito devolutivo. Impugnação específica.

- Deve o apelante impugnar, especificamente, cada questão versada na sentença recorrida, sob pena de não se transferir ao Tribunal ad quem a matéria discutida.

- Recurso Especial conhecido e provido. (REsp 217.985/MG, Rel. Min. Vicente Leal, j. em 15/06/2000, DJ de 01/08/2000, p. 353). Grifei.

Em suma, é inepta a apelação que não satisfaz os requisitos do art. 514, II, do CPC.

Ante o exposto, **não conheço** do presente recurso de apelação, por inépcia recursal.

Recife, 22 de maio de 2014.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator